

RELAÇÕES PÚBLICAS NO EXÉRCITO

Cel Inf FRANCISCO RUAS SANTOS
Oficial de Estado-Maior.

ANTECEDENTES

Se tomarmos, entre as inúmeras definições de Relações Públicas, aquela segundo a qual estas são "uma filosofia da empresa" (em nosso caso o Exército) que coloca, em primeiro lugar, os interesses do Público (a Nação ou o Povo, no caso de uma força armada), veremos que o Exército Brasileiro há muito já tem Relações Públicas.

Porém, tal conceito é muito geral em relações a tôdas as funções desse conjunto de atividades relativamente novas, constituído pelas Relações Públicas.

Parece que a primeira orientação das instituições armadas, segundo os conceitos mais precisos e modernos de Relações Públicas, surgiu quando aquelas se deram conta de que o Povo numa Democracia tem que ser informado sobre o que são, o que fazem e o que gastam suas Forças Armadas.

Como quer que seja, o fundamento principal das Relações Públicas num Exército democrático, tal qual o nosso, deve ser o respeito à opinião pública, na medida em que ela expressar as mais legítimas aspirações nacionais.

ATIVIDADES DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Quando se fala em opinião pública, já se admite, implicitamente, uma certa dose de técnica em qualquer atividade que para ela esteja voltada. Por conseguinte, as Relações Públicas atuais de uma força armada, como as de uma empresa, têm que ser atividades que requerem especialização técnica.

Visto o problema de um ponto de vista menos alto, chegamos à conclusão de que muitas atividades de Relações Públicas sempre foram praticadas pelos membros do nosso Exército, desde longo tempo atrás. Num pequeno artigo como este, seria impossível mesmo enumerar tudo o que, de modo costumeiro, intuitivo ou empírico, vinha sendo feito em nossa corporação, no setor das Relações Públicas. Lembramos apenas a organização de desfiles, demonstrações, palestras, visitas a quartéis e reportagens, quando voltadas para o público não militar.

ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Foi o incremento dessas atividades e a necessidade em discipliná-las que devem ter levado à inclusão do encargo de Relações Públicas entre as atribuições do S-2, previstas pelo R-1 (RISG) em vigor (data de 1957), e as de outros oficiais do Estado-Maior de GU e estabelecimentos.

Mas o passo mais importante para o progresso das Relações Públicas no Exército foi dado em agosto de 1962 com a aprovação do **Guia de Relações Públicas do Exército (GREPE)**. Julgamos que esse guia contém o essencial para o bom funcionamento do Serviço de Relações Públicas do Exército (SERPE). Apesar disso, por ausência talvez de ambiente, o Serviço não se estruturou simultaneamente com a entrada em vigor do GREPE. E longe ainda está de ter atingido o desenvolvimento requerido pelas exigências de Relações Públicas de um Exército democrático.

Felizmente, necessidades novas surgidas com o movimento revolucionário de 31 de março requereram da administração militar medidas diversas para dar vivência plena ao SERPE.

A primeira delas, em ordem de importância, está consubstanciada na organização da **Comissão Diretora de Relações Públicas do Exército**, pela Portaria Ministerial n. 1.141, de 4 Jun 64, a fim de realizar as tarefas previstas no GREPE para a **Chefia do Serviço de Relações Públicas**. Ao surgir, a Comissão Diretora absorveu, por isso, entre outras atribuições, a de auscultar a opinião pública e esclarecer o Público em nome do Ministro da Guerra, atribuições essas até então, a cargo da 1ª Divisão (Relações Públicas) do Gabinete do Ministro. Neste ponto é preciso lembrar que, sendo o Gabinete do Ministro uma organização militar, deve ter, tal qual qualquer O.M., seu órgão de Relações Públicas, no caso a 1ª Divisão. O que ocorreu, então, foi uma separação de funções aliás já prevista pelo GREPE. Esses esclarecimentos são de interesse, principalmente porque a Comissão Diretora ainda não dispõe de autonomia administrativa e vem funcionando provisoriamente no mesmo local da 1ª Divisão do Gabinete do Ministro.

A Comissão Diretora, integrada por oficiais do Gabinete do Ministro e por civis (jornalistas, radialistas, etc.), está em fase de organização, mas já cumpriu a tarefa mais urgente, qual seja a de propor a primeira **Política de Relações Públicas do Exército**, ora em vigor.

A segunda medida de organização tomada, ainda em ordem de importância, foi a determinação ministerial visando a implantação de uma rede de Relações Públicas e Opinião Pública em todo o Exército, através da ampliação e ativação dos órgãos já existentes.

Em consequência, civis e oficiais da reserva já estão prestando serviços de Relações Públicas em nossas organizações militares. A idéia mestra dêsse aproveitamento é a de facilitar a integração buscada de Exército e Povo.

Aquêles que vivem a criticar o desempenho de funções, que julgam privativas de civis, por parte de militares, deviam agora verificar que o Exército amplia a participação de civis em suas atividades, confirmando, uma vez mais, que, além de não ser absorvente, não é uma casta exclusivista e fechada.

O FUTURO DAS RELAÇÕES PÚBLICAS

Qual, então, o futuro do Serviço de Relações Públicas do Exército, considerado o Serviço, tal qual deve ser, um conjunto de atividades técnicas especializadas?

Apesar de nos encontrarmos longe ainda do que estimamos seja uma situação razoável, podemos, sem otimismo exagerado, prenunciar progresso apreciável e satisfatório nos próximos anos. Mesmo que não se crie um curso especializado em Relações Públicas. Podemos afirmar isso não só porque já existem oficiais diplomados em Relações Públicas em cursos civis, mas, principalmente, porque muitos dos conhecimentos básicos a um bom oficial de Relações Públicas são ministradas em currículos já existentes no Exército. É bem o caso da Psicologia. E, se um oficial de Relações Públicas deve ser um bom instrutor, não faltam em nosso Exército os manuais, a prática e os assuntos que habilitam qualquer um a realizar uma boa palestra ou conferência. Citam-se, entre outros assuntos, a Geopolítica, a História e a Geografia.

O MILITAR, AGENTE DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Para finalizar, e também alertar os companheiros que ainda não conheçam os elementos essenciais de Relações Públicas, devemos dizer que os membros de qualquer força armada, muito em particular numa Democracia, são instrumentos, conscientes ou não, de Relações Públicas e sua corporação.

Só por isto, nenhum oficial ou praça pode desprezar ou ignorar os rudimentos do assunto.

Caso contrário, o militar poderá estar *desservindo*, em lugar de *servir*.

A dureza do mando deve compaginar com a afabilidade no trato.

Cel J. De La Torre Galan.